ZH ZERO HORA

Publicado em 05/05/2022 - 05:54

Contra inflação, BC eleva juro para 12,75%, maior patamar desde 2017

BC eleva juro para 12,75%, maior patamar desde 2017

Copom deixa aberta possibilidade de novo aumento em junho. Nos Estados Unidos, Fed acelera ritmo de alta da taxa básica

RAFAEL VIGNA
rafael.vigna@zerohora.com.br

Pressionado pela escalada da inflação, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou ontem o juro básico em um ponto percentual, para 12,75% ao ano. Assim, manteve o ritmo de aumento adotado no encontro anterior. Ao mesmo tempo, indicou nova alta para a próxima reunião, em 14 e 15 de junho, mas em magnitude menor.

No mesmo dia, o Federal Reserve (Fed), o banco central dos EUA, subiu a sua taxa básica em 0,5 ponto percentual, para a faixa de 0,75% a 1% ao ano, acelerando o ajuste (em março, a alta havia sido de 0,25 ponto percentual), com expectativa de novos aumentos nos próximos meses. Mas o presidente do Fed, Jerome Powell, não vê motivo para avançar o ritmo de alta para 0,75 ponto percentual, o que trouxe alívio nos mercados financeiros. As bolsas de valores em Nova York subiram próximo a 3% e a B3, a bolsa brasileira, a 1,7%.

A alta do Copom foi a 10ª seguida em 14 meses, quando teve início o novo ciclo que, agora, recoloca a Selic no maior nível desde fevereiro de 2017. No comunicado, o colegiado destacou que o ambiente externo seguiu se deteriorando, com intensificação das pressões inflacionárias em razão de problemas de ofertas advindos da nova onda de covid-19 na China e da guerra na Ucrânia. Além disso, admitiu que a alta de preços ao consumidor surpreendeu negativamente.

"Para a próxima reunião, o comitê antevê como provável uma extensão do ciclo com um ajuste de menor magnitude. (...) O comitê enfatiza que irá perseverar em sua estratégia até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas", ressalta no comunicado.

Economista-chefe da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) de Porto Alegre, Oscar Frank avalia que no país há uma série de "disfuncionalidades" que comprometem a estrutura interna, como gastos do governo, falhas no mercado de crédito e elevada concentração bancária, por exemplo.

Segundo Frank, enquanto não ocorrerem reformas "consistentes", capazes de amenizar esses e outros fatores, sobra apenas uma alternativa, "o remédio amargo" dos juros. E, acrescenta, o cenário atual é "ruim" para consumidores, empresários e governos:

– Todos perdem, porque limita-se o empreendedorismo e o investimento, que trazem dinamismo à economia. Nesse momento, de pós-distanciamento social, a inflação é um fenômeno global, mas poderíamos sofrer menos se tivéssemos gestão fiscal e reformas.

Efeitos

O professor e economista da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Marcelo Portugal adiciona outros ingredientes à receita, pois com a Selic mais elevada ficam mais caros o consumo e a produção. Ambos, diz, dependem de crédito, que, por sua vez, se torna menos acessível.

– Os pequenos negócios, os mais prejudicados pelo fechamento da economia na pandemia, também serão mais afetados agora porque dependem mais de crédito, por trabalharem com menos capital próprio e precisarem antecipar recebíveis junto aos bancos – diz.

Portugal afirma que a "fábula" de que o IPCA em alta seria algo temporário atrasou as respostas do BC e abriu margem para a escalada da inflação, neste momento, "enraizada e disseminada" por toda a economia. Ao relatar "pessimismo", ele argumenta que o Brasil e o mundo reagiram à pandemia com grandes impulsos monetários. Em seguida, lembra, veio a guerra na Ucrânia, com embargos à Rússia, um dos grandes produtores de petróleo e alimentos, para aumentar uma conta "indigesta" de ser paga:

– Acredito que essa elevação da Selic não será a última e que ainda teremos de conviver com a inflação por muitos meses, no mínimo até o início de 2023. Assim, teremos juros elevados por muitos meses à frente.

Em raciocínio semelhante, a economista-chefe da Fecomércio-RS, Patrícia Palermo, avalia que o nível da Selic permanecerá elevado por "muito mais tempo" do que se imaginava inicialmente. Nesse contexto, ela projeta que só haverá ambiente interno para taxa menor, a partir de 2024:

– Aprendemos ao longo do tempo que qualquer conivência com inflação alta cobra um preço. Os BCs, não só o do Brasil, mas do mundo inteiro, já entenderam isso e vão utilizar os instrumentos que têm à disposição para fazer esse controle.

Nos Estados Unidos, o aumento de 0,5 ponto percentual no juro básico não era adotado desde 2000. Esse movimento acontece devido à inflação alta no país (de 8,5% em março, na base anual), causada em boa parte pelo avanço de preços de commodities de energia, especialmente petróleo, com a guerra na Ucrânia, e a ruptura de cadeias internacionais de produção geradas pela pandemia.

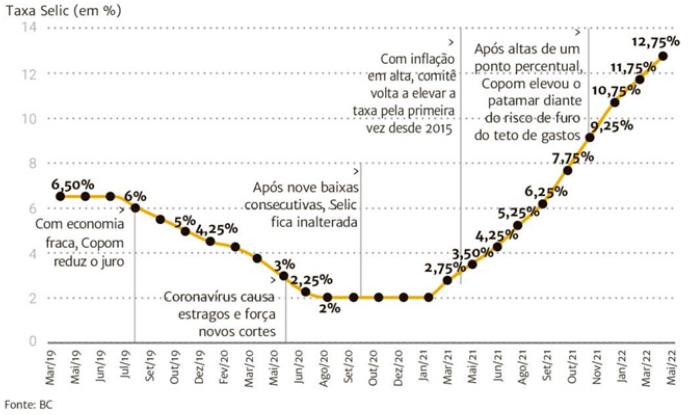
Futuro

Há expectativa de novos aumentos de 0,50 ponto percentual em outros encontros seguidos (junho, julho e setembro), e mais duas altas de 0,25 ponto percentual em novembro e dezembro.

Além disso, a instituição começará a reduzir seus ativos em bônus a partir de 1º de junho e advertiu que a guerra na Ucrânia e os confinamentos na China agravam a inflação. Segundo o presidente do Fed, Jerome Powell, um aumento da taxa básica de juro em 0,75 ponto percentual "não é considerado firmemente" por enquanto por parte do banco central americano.

Powell disse, ainda, que há "boas possibilidades" de que o aumento do juro não leve a economia a uma recessão, nem provoque aumento do desemprego se "as condições econômicas e financeiras evoluírem de forma coerente" com as expectativas do Fed.

A variação



Fonte: BC

Renda fixa fica ainda mais atrativa

A elevação do juro básico, a Selic, para 12,75% ao ano amplia a atratividade e a rentabilidade de aplicações em renda fixa pós-fixados (taxa conhecida na hora da aplicação, mas com valor do resgate no vencimento). É o caso dos CDB DI, fundos DI e Tesouro Selic e ocorre, segundo o estrategista de investimentos do Santander, Arley Junior, porque acompanham o movimento de altas da Selic.

Na mesma linha, ele afirma que existem benefícios associados aos fundos multimercados (que permitem aplicações em diversos tipos de ativos, como renda fixa, variável e câmbio, no Brasil e no Exterior). Conforme o especialista, as vantagens estão na velocidade e na flexibilidade com que os gestores dessa modalidade podem atuar em meio a cenários adversos e imprevistos.

Para quem busca diversificação, mas não quer correr o risco das oscilações de mercado, Arley Junior sugere sondar opções disponíveis em Certificados de Operações Estruturadas (COEs). Com estruturas em IPCA e Ibovespa, por exemplo, o retorno estará associado ao desempenho dos índices, mas com proteção de 100% do capital investido, em caso de desvalorização no vencimento da operação.

Já no mercado de renda variável, a alta de juros provoca oscilações e a renda fixa se torna cada vez mais atrativa. Com isso, Arley Junior observa a migração de investimentos e recomenda a diversificação de carteiras equilibradas dentro de cada perfil de investimento.

Para aportes de baixo valor, o diretor-executivo de Estudos e Pesquisas Econômicas da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), Miguel José Ribeiro, afirma que a tradicional caderneta de poupança segue atrativa dependendo das taxas de administração cobradas. Isenta de imposto de renda (IR), a poupança supera fundos de renda fixa com taxas superiores a 2,50% ao ano.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Política **Pagina:** 10

Copyright © Clipclap 2025.